

AOS TRABALHADORES DA DIRECÇÃO-GERAL
DA REINserÇÃO E SERVIÇOS PRISIONAIS



NÃO À GENERALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES ESPECÍFICAS DA DGRSP

EXIGIMOS A REVISÃO DAS CARREIRAS NÃO REVISTAS COM VALORIZAÇÃO E MAIS TRABALHADORES

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais reuniu com a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e voltámos a pôr em cima da mesa os problemas que se arrastam há anos. Mas, ainda que deles não discordasse e de ter assumido o seu empenho, o novo Director-Geral (DG) avançou que as possíveis soluções estão dependentes dos crivos das tutelas - da Justiça e das Finanças -, aliás como aconteceu com todos os seus antecessores, de governo para governo.

Porque é um dever o garante das naturais expectativas dos trabalhadores, nomeadamente o direito à carreira e a boa qualidade dos serviços públicos, é que rejeitamos tal fundamento - há que passar do registo de empurrarem as responsabilidades de uns para os outros! É mais que tempo de apresentarem soluções concretas para os problemas, que só se agudizam de dia-para-dia!



A Federação afirmou-se contra qualquer tentativa de destruição das carreiras específicas/especiais da DGRSP e considera inaceitável esta visão da generalização de funções especiais do Estado, que só tem propósitos e fundamentos meramente economicistas.

As várias áreas de intervenção da DGRSP só serão mantidas se as funções prestadas pelos trabalhadores se mantiverem como especiais e específicas! Reafirmamos que urge a revisão e a valorização salarial destas carreiras e a promoção de normas transitórias que acautelem os direitos de todos os trabalhadores integrados nessas carreiras.

Defendemos que nenhuma carreira não revista pode ser extinta em processo de negociação. E são objetivos concretos: a valorização salarial e a uniformização dos suplementos de risco e ónus, convertidos num só, em igualdade de tratamento dos trabalhadores, quer sejam oriundos da extinta Direcção-Geral de Reinserção Social ou da dos Serviços Prisionais, optando-se pela situação mais favorável para os trabalhadores.

MOBILIDADE INTERNA

Fomos informados que se vai tentando dar resposta às múltiplas solicitações, mas porque todos os serviços estão desfalcados de pessoal, não conseguem responder positivamente aos pedidos dos trabalhadores para mudarem de serviço.

ABERTURA DE CONCURSOS PARA TRABALHADORES DA SAÚDE NA DGRSP

O Decreto-Lei para a Execução do Orçamento do Estado para 2023 autoriza a DGRSP a recrutar pessoal de saúde - médicos e enfermeiros correspondente ao número máximo de postos de trabalho que venha a ser estabelecido por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Justiça e das Finanças.

Apesar de positiva, manifestamos incompreensão por esta medida não ser alargada às demais carreiras de saúde, que igualmente continuam em carência, quer no Hospital Prisional São João Deus, o único existente em todo o território nacional, quer nos Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos.

O DG informou que esta autorização não é absoluta, que tem consciência da preocupação da Federação e que irá continuar a propor a contratação dos demais profissionais de saúde, nomeadamente auxiliares de ação médica, psicólogos e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

DA FALTA DE PESSOAL EM TODAS AS CARREIRAS E CATEGORIAS

Reafirmamos que o recrutamento de pessoal, por si, não é solução duradoura para o gritante défice de pessoal existente, mas sim a surdez que impera pela não revisão e valorização salarial das carreiras específicas da DGRSP, desde 2008, que trava a permanência dos trabalhadores na DGRSP e é geradora das sistémicas saídas após ingresso. Enquanto as carreiras se mantiverem estagnadas e desvalorizadas os concursos servirão apenas para porta de entrada na Administração Pública!

Para o Director-Geral, no caso da Vigilância Electrónica e dos Centros Educativos, a situação da falta de pessoal é de rutura eminente!

Fomos informados da autorização para abertura de concurso externo de ingresso - para 105 TPRS -, **MAS fizemos saber que se trata de uma solução provisória! Não serão os 761,58 € de salário que os vão fixar às funções com tanta exigência.**

Não deixando de concordar, mas para não variar, para o DG a solução para a falta de recursos humanos não depende da vontade da DGRSP - carece de assentimento por parte das tutelas: Justiça e Finanças.

PROCESSO DE REVISÃO DAS CARREIRAS ESPECÍFICAS E NÃO REVISTAS DA DGRSP

Afirmámos como inaceitável a proposta da negociação da revisão das carreiras da DGRSP estar calendarizada apenas para o ano de 2024, com entrada em vigor só em 2025.

É a demonstração clara da quase nenhuma vontade política para resolver os problemas que afectam o funcionamento da Vigilância Eletrónica, dos Centros Educativos, e dos Estabelecimentos Prisionais.

A novidade foi termos sabido pelo Director-Geral que está em estudo uma nova e possível realidade, fundamentada com a flexibilização da mobilidade entre carreiras e de uma melhor gestão de recursos humanos.

Ao contrário da criação de carreiras especiais, estão a estudar a forma de as extinguirem e passarem todos os trabalhadores das carreiras específicas não revistas para a carreira geral de Técnico Superior!

Com intenção de se manterem os conteúdos funcionais específicos, mas diferenciados, assim como o direito aos suplementos (ónus de função para todos), estão a estudar a forma de os TPRS sem licenciatura também transitarem para a carreira de Técnico Superior.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

É obrigatória!, mas raramente assegurada pelos empregadores públicos, prejudicando os trabalhadores e os serviços. Voltámos a insistir na necessidade de uma resposta que garanta o direito à segurança e saúde no trabalho, o que aconteceu durante a breve existência da Unidade de Saúde Ocupacional, inaugurada com pompa e circunstância em 2018 e que hoje já não existe – a conhecida Casa Amarela.

O DG confirmou-nos que desistiram do processo iniciado para a resolução do problema, evocando razões internas e externas, informando que estão a tentar ultimar a contratação de uma empresa externa e especializada na área.

Informou ainda que é uma das suas prioridades o cuidado com a saúde mental e física dos trabalhadores e que estão a tentar encontrar soluções para tão preocupante matéria.

O governo reconhece que há problemas que afectam no funcionamento da DGRSP, com custos para os trabalhadores e para a qualidade do serviço público, mas não há a apresentação por parte do MJ e da DG de soluções aceitáveis, um facto que confirma a falta de vontade política do Governo de maioria absoluta do PS, para a sua resolução. Resta aos trabalhadores continuar a denunciar os problemas pública e institucionalmente e a lutar pelas suas justas reivindicações no plano sectorial e geral.

Março/2023

Adere e mobiliza para:



17 Março
GREVE NACIONAL



18 Março
MANIFESTAÇÃO NACIONAL

MAIS SALÁRIO, JÁ!

MELHORES SERVIÇOS PÚBLICOS!

CONTROLO DE PREÇOS!

ADERE À GREVE!

VAMOS ENCHER LISBOA!

A LUTA É O CAMINHO!
ORGANIZA-TE! SINDICALIZA-TE!

fpsnacional.pt



225 574 060
rede fixa nacional
stfpsn.pt



213 193 320
rede fixa nacional
stfssra.pt



239851370
rede fixa nacional
stfpcentro.pt